

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DE CAMPOS  
REGIÃO 5

# Programa Plataformas de Cidadania

---

Justificativa para atuação na Linha de Ação B

**Fevereiro de 2013**

## 1. Definição da Linha de Ação B

A partir dos resultados do Diagnóstico Participativo do PEA-BC a empresa selecionou e propõe atuação na Linha de Ação B - “apoiar um público diversificado, no acompanhamento, na divulgação e na discussão pública em torno da distribuição e da aplicação dos recursos financeiros das participações governamentais (*royalties* e participações especiais) pelo poder público municipal”.

## 2. Justificativa para Opção

O tema e a escolha dos territórios e os atores sociais que configuram a proposta se fundamentam em demandas atuais e prospectivas evidenciadas pelos resultados do Diagnóstico Participativo do PEA-BC (2012). Este documento inicialmente identificou, definiu e ponderou a questão dos *Royalties* como um dos cinco macro-impactos socioeconômicos derivados da atividade petrolífera na região<sup>1</sup>.

Um dado imprescindível para contextualizar o empreendimento petrolífero na região é a magnitude da área de exploração delimitada pela Bacia de Campos, concentrando nos Municípios de sua área de influencia a maior renda petrolífera do país.

Dentro do contexto descrito, a necessidade de abordar os *Territórios do Petróleo* situa seu foco na geografia e no cenário geral dos grupos sociais trabalhados durante o Diagnóstico Participativo do PEA-BC, ponderando e retomando nesta formulação seus resultados mais significativos em termos de impactos e demandas oriundas das atividades e operações de petróleo e gás nos municípios afetados desta Bacia. Nesse sentido, o Diagnóstico revelou que os *royalties* tendem a representar um dos temas que mais interessam a todos os grupos sociais. E ainda que sua transcendência e complexidade necessitam ser abordadas no campo da EA de forma consorciada a ações estruturadas para promover a compreensão pública deste processo e fomentar a emergência de estratégias eficazes de articulação comunitária para efetivar dispositivos de controle social sobre os recursos financeiros das participações governamentais provenientes do empreendimento petrolífero.

<sup>1</sup> Os 5 macro-impactos socioeconômicos identificados e descritos no Relatório do Diagnóstico Participativo do PEA-BC são: 1. *Ocupação do Espaço Marinho*; 2. *Dinâmica demográfica*; 3. *Ocupação e uso do solo*; 4. *Pressão sobre a infraestrutura urbana, social e de serviços*; 5. *Royalties*.

Entretanto, a atual situação socioeconômica e o quadro presente na Bacia de Campos, retratado no referido Diagnóstico, evidenciam que a realidade dos Municípios petrolíferos afetados pela riqueza proveniente dos *Royalties* é, no mínimo, preocupante nos níveis atingidos de controle social destes recursos e se apresenta como o resultado de um processo histórico de causas múltiplas e sinérgicas. Torna-se relevante, como justificativa deste recorte temático, expor as principais conclusões extraídas do documento apontado, associadas à questão chave da distribuição e aplicação dos recursos financeiros das participações governamentais pelo poder público municipal, nos territórios tributários da BC.

O principal déficit detectado no documento, nos locais estudados, consiste no afastamento da base dos grupos sociais dos processos participativos. Este fenômeno se traduz, na prática, no enfraquecimento e esvaziamento das organizações sociais de base, fato que vem justificar, em parte, a índole da inércia testemunhada que contribui negativamente para a baixa, ou quase ausente, intervenção qualificada das comunidades organizadas em processos sociais decisórios, sobretudo naqueles que atendem a distribuição de custos/benefícios sociais provenientes dos usos da renda petrolífera.

O diagnóstico elenca como principais motivos do déficit referido a carência de uma “cultura da participação”, fator que aparece associado à existência de níveis de conhecimento muito diferenciados entre base comunitária e lideranças dos grupos afetados. Este quadro se completa com o precário ou limitado acesso a políticas públicas para o fomento à organização e produção material e imaterial destes grupos, aspectos aos que relaciona o crescente emprego de políticas de transferência de renda como condicionante complementar do panorama apresentado.

Desta maneira, em concomitância com os resultados observados no diagnóstico, justifica-se a necessidade de impulsionar - como nos sugere Quintas (2009:55) - uma gestão ambiental pública que gere processos educativos eminentemente políticos no intuito de mitigar as assimetrias evidenciadas, tanto materiais quanto simbólicas, nos grupos sociais afetados pelo empreendimento nos municípios em que os *royalties* representam um fator crucial nas receitas municipais, ou naqueles que apresentam um cenário futuro de grande aporte de recursos provenientes do petróleo em suas receitas<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> O foco proposto de nossa ação educativa se concentra inicialmente nos Municípios de Arraial do Cabo, Cabo Frio, Armação dos Búzios, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Casimiro de Abreu, Macaé, Quissamã, Rio das Ostras e São João da Barra.

Givisiez & Oliveira (2007), a partir de um estudo comparativo sobre receita de *royalties* associada ao Índice de Pobreza Humana (IPH do PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) no Brasil, corroboram a relevância e conseqüências deste impacto negativo na sociedade<sup>3</sup>. Os autores concluem afirmando que grande parte da população nos municípios petro-rentistas<sup>4</sup> do país (majoritariamente vistos como “municípios ricos com população pobre”) não sabe nem da existência, da origem e natureza, nem da importância dessas receitas na configuração do orçamento municipal e no espectro da vida política das comunidades; tampouco conhecem como deveriam ser republicanamente aplicadas e socialmente geridas ou controladas na esfera das instituições democráticas. De fato, contribuir na mitigação dos efeitos indesejados desta anomalia reproduzida nos territórios do petróleo da Bacia de Campos se constitui em objetivo final da proposta de atuar nesta linha de ação.

Assim, o quadro de referência constatado impõe à Petrobrás o compromisso de trabalhar em prol da implementação de condicionantes de Licenciamento Ambiental orientadas a mitigar, através da Educação Ambiental, os efeitos negativos da “má aplicação dos *royalties*” nos Municípios da BC.

### 3) Municípios que serão contemplados

Arraial do Cabo, Cabo Frio, Armação dos Búzios, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Macaé, Carapebus, Quissamã, Campos dos Goytacazes e São João da Barra.

### 4) Justificativa da seleção dos municípios

A seleção dos municípios atendidos por esta linha de ação é corroborada por dados provenientes da leitura de estudos de impacto ambiental de atividades da Petrobras na Bacia de Campos. A empresa propõe que projeto nessa linha de ação seja realizado nos municípios da região do PEA-BC que se constituem na área de influência dos empreendimentos da Petrobras na Bacia de Campos pelo critério de

<sup>3</sup> Os autores referidos a partir de uma investigação baseada em dados coletados correspondentes a 759 municípios recebedores de *royalties* no país, elaboraram uma tipologia de cidades por índices de pobreza e níveis de receita de *royalties*. (A renda per capita municipal advinda dos *royalties* - RP-M - foi verificada sobre dados de 2000 e o Índice de Pobreza Humana – IPH-M - dos municípios sobre dados de 1997). Destaca-se dos resultados alcançados que: “os 76 municípios que se classificam com RP-M médio alto e muito alto apresentam IPH-M preponderantemente nas categorias médio alto e alto”. Ou seja, a pobreza acompanha a riqueza. Note-se que entre os 26 municípios com RP-M alto, apenas três apresentaram o indicador de pobreza mais baixo e, mesmo entre os 16 municípios no topo da classificação RP-M, somente cinco apresentaram o IPH-M baixo. (Givisiez & Oliveira, 2007, p. 155)

<sup>4</sup> Serra, Rodrigo; Terra, Denise. Notas sobre a região petro-rentista da Bacia de Campos. In: Carvalho, A.M.;Totti, M.E.F. (Orgs). Formação Histórica e Econômica do Norte Fluminense. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

municípios produtores principais recebedores de *royalties*, associados aos resultados expostos na representação de Vulnerabilidade dos municípios contemplados pelo PEA-BC.

A representação abaixo indica uma leitura da relação e níveis de exposição dos municípios aos impactos das atividades de produção e escoamento na Bacia de Campos. Quanto maior o círculo e mais próxima do centro da esfera vermelha sinaliza maior exposição aos impactos. A disposição dos círculos vermelho e azuis indicam haver dois principais grupos de municípios segundo esse pressuposto.

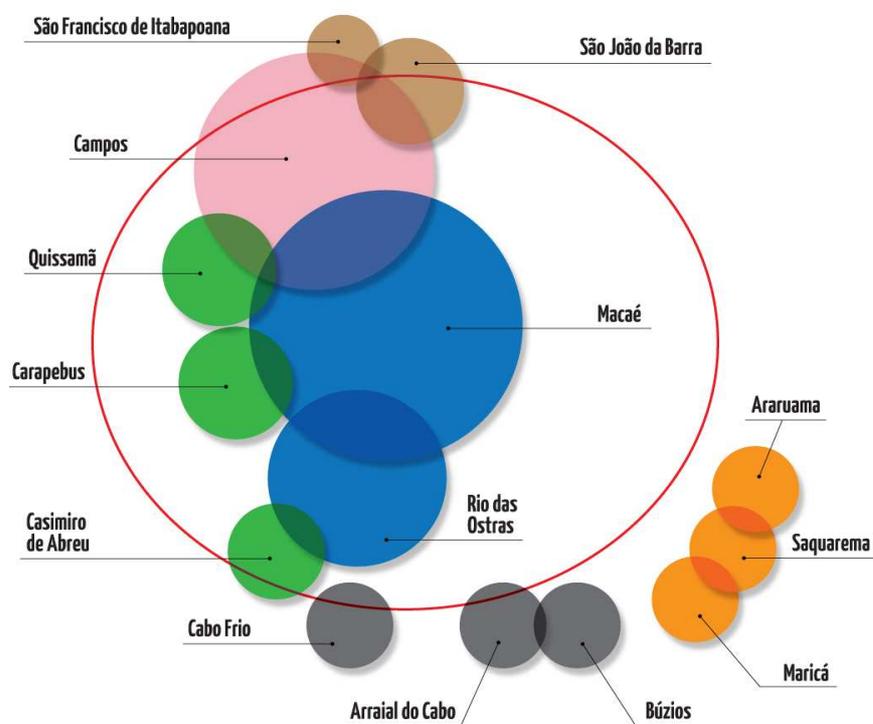


Figura 1- Ferramenta do Diagrama de Venn adaptado para representar a hierarquia de relação entre os municípios com a indústria de Petróleo e Gás à luz dos macro-impactos selecionados (Relatório Final do Diag Partic PEA-BC revisão 01, Figura II.1).

A elaboração da representação acima se fundamentou no processamento de informações provenientes dos diagnósticos anteriormente realizados na Bacia de Campos (inclusive dos projetos Pólen e NEA-BC), estudos ambientais, consulta à

bibliografia, informações levantadas de forma direta e também participativa com as comunidades dos municípios.<sup>5</sup>

A seleção de municípios também levou em consideração o grau de dependência da arrecadação municipal da renda petrolífera dos *royalties*, abarcando aqueles que atualmente possuem os mais altos níveis de dependência.

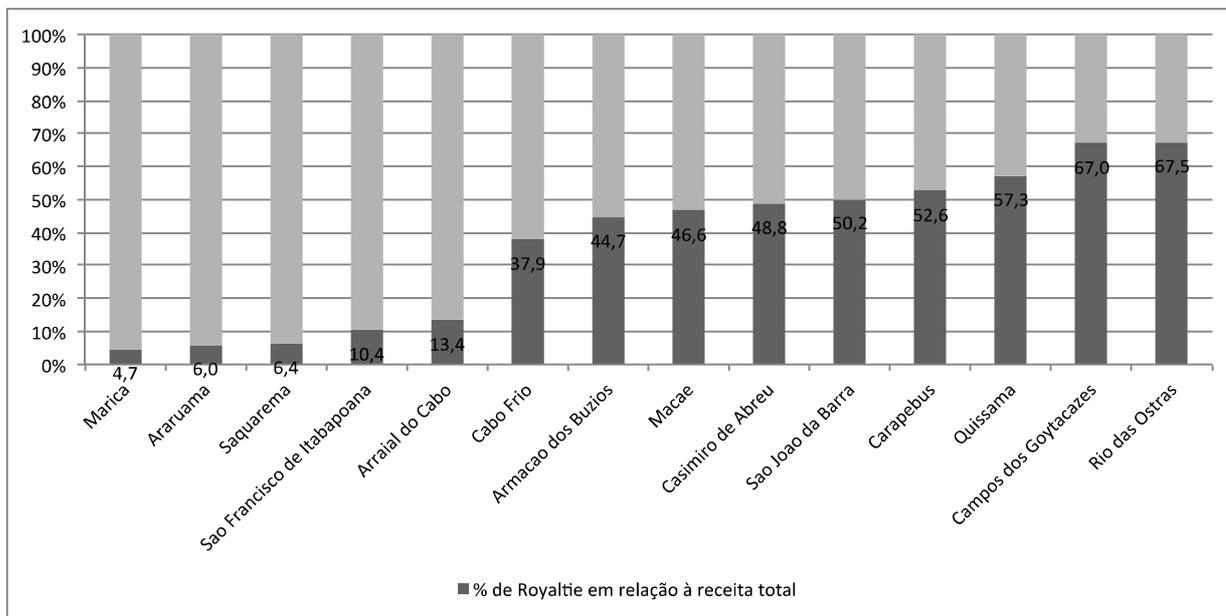


Figura 2 - Porcentagem dos royalties em relação a arrecadação municipal. Valores médios obtidos para os anos de 1999 a 2010.

Por conta do aumento vertiginoso do recebimento de royalties pelo município de Arraial do Cabo ele foi incluído nesta lista de municípios.

### 5) Responsáveis técnicos

Nome do profissional	Função	Instituição
MARCELO CARLOS GANTOS	Coordenador Geral	UNEF
ALDO DE BRITO MAGALHÃES	Gerente de Meio Ambiente	PETROBRAS
MICHELLE NASCIMENTO WEISSMANN DA SILVA	Consultora Ambiental	PETROBRAS
ANA CAROLINA CAETANO RIBEIRO	Bióloga	PETROBRAS

<sup>5</sup> In.: Relatório Final do Diag Partic PEA-BC revisão 01, Figura II.1.